



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

RESOLUÇÃO N. 2 DE 14 DE MARÇO DE 1975 (*)

O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 123, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº1, de 1939, e de acordo com o decidido na sessão administrativa de 3 de março de 1975,

RESOLVE:

Baixar o seguinte Regulamento para a realização do concurso para o provimento dos cargos de Juiz Federal Substituto da Justiça Federal de Primeira Instância:

REGULAMENTO PARA O CONCURSO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

I – INTRODUÇÃO

Art. 1º A habilitação para o provimento nos cargos de Juiz Federal Substituto far-se-á mediante concurso público, de provas e títulos organizado pelo Tribunal Federal de Recursos e realizado pelo Conselho da Justiça Federal na norma deste Regulamento e do edital respectivo de abertura do concurso.

Art. 2º O concurso será precedido de edital a ser publicado no *Diário Oficial* e no *Diário da Justiça da União Federal*, acompanhado do teor do presente Regulamento pelo menos cinco vezes, diligenciando o Conselho da Justiça Federal, dentro das possibilidades, para divulgação do edital também em grandes jornais das capitais dos Estados, bem como nos Diários Oficiais dos Estados e nos Boletins da Justiça Federal.

Parágrafo único. Do edital de abertura do concurso constarão obrigatoriamente a indicação das vagas então existentes e o local único de realização das provas orais.

Art. 3º O concurso será realizado na sede da seção onde houver

vaga ou a critério do Conselho em outra sede de Seção da mesma Região.

§ 1º Havendo vaga em mais de uma seção, o Conselho da Justiça Federal designara para local da realização do concurso a sede de uma das Seções onde houver vaga ou qualquer outra Seção das respectivas regiões.

§ 2º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, poderá o Conselho da Justiça Federal fazer realizar as provas escritas nas diversas sedes de Seção, onde haja vagas com a designação de um único local para as provas orais o que deverá constar no edital.

Art. 4º Os candidatos terão o prazo de sessenta (60) dias a contar da primeira publicação do edital, de que trata o artigo 2º, no Diário da Justiça da União Federal para a apresentação do pedido de inscrição preliminar (artigos 5º e 6º). Observado o disposto no artigo 8º, os que requererem inscrição preliminar serão admitidos às provas escritas. Os candidatos habilitados nas provas escritas terão o prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do aviso, de que cogita o artigo 23 e 2º, para requerer inscrição definitiva (artigo 9º). Os candidatos inscritos definitivamente (artigos 12, 13 e 14) serão admitidos à prestação das provas orais e ao julgamento de seus títulos.

II – DAS INSCRIÇÕES

Da Inscrição Preliminar

Art. 5º Os requerimentos de inscrição preliminar (artigo 4º), serão dirigidos ao Presidente do conselho da Justiça Federal.

§ 1º A entrega dos requerimentos será feita no Conselho da Justiça Federal ou na sede das Seções onde houver vaga, na Secretaria da respectiva Vara ou na secretaria do Foro, se existente mais de uma vara na Seção.

§ 2º As Secretarias das Seções, nos casos previstos no parágrafo anterior, remeterão os requerimentos recebidos ao Conselho da Justiça Federal até o dia imediato ao do encerramento das inscrições.

Art. 6º Os requerimentos serão instruídos pelo candidato ou por procurador habilitado com os seguintes documentos:

I – prova de ser brasileiro;

II – prova de contar mais de vinte a cinco anos de idade (artigo 4º, da lei nº 5.677, de 1971);

III – prova de estar em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar;

IV – título de eleitor e prova de ter cumprido seus deveres eleitorais;

V – diploma de bacharel em direito devidamente registrado;

VI – certidão que comprove o exercício, por quatro anos de advocacia ou de cargo para o qual se exija diploma de bacharel em Direito;

VII – certidão negativa dos distribuidores criminais dos lugares em que haja residido nos últimos cinco anos;

VIII – folha corrida inclusive da Justiça Federal e da Justiça Militar;

IX – 2 fotos, tamanho 3x4;

X – indicação precisa de sua residência, telefone e local de trabalho ou da pessoa a quem possam ser feitas, eventualmente comunicações pertinentes ao concurso;

XI – declaração do requerente, ou de seu bastante procurador, de conhecimento, aprovação e sujeição a todas as prescrições do presente regulamento.

Art. 7º O presidente do conselho da Justiça Federal indeferirá o pedido de inscrição preliminar que não estiver instruído com os documentos enumerados no artigo anterior.

Parágrafo único. Na hipótese de insuficientemente instruído o requerimento desde que se trate de omissão sanável ou suprível, o Presidente poderá conceder ao candidato para esse fim, prazo que não excederá o do término da inscrição preliminar.

Art. 8º Extinto o prazo de inscrição preliminar e observado o disposto no artigo anterior o Presidente do Conselho da Justiça Federal providenciará para que seja publicado no Diário da Justiça da União e no Boletim da Justiça Federal das Seções Judiciárias, a relação dos que obtivam inscrição preliminar indicando, ao mesmo tempo os nomes dos componentes da Comissão Examinadora, de seus Suplentes e de Secretário, bem como o local de seu funcionamento.

Da inscrição Definitiva

Art. 9º Os candidatos considerados habilitados nas provas escritas poderão requerer ao Presidente do Conselho da Justiça Federal a inscrição definitiva ,no prazo previsto no artigo 4º.

Parágrafo único. Os candidatos deverão, desde logo indicar no requerimento de que trata o artigo em rigorosa ordem cronológica os diversos períodos de sua atuação como advogado, juiz, membro do Ministério Público, ou como titular de função técnico-jurídica, pública ou privada, precisando, quando possível o local e a época de cada um deles e nomeando as principais autoridades com as quais serviu ou esteve em contato.

Art. 10º Os candidatos instruirão ainda, a sua petição com os títulos demonstrativos de sua capacidade como jurista, que entendam e devam ser apreciados (Lei nº 5.010, de 1966, artigo 21, VIII).

§ 1º Constituirão títulos:

I – Trabalhos jurídicos elaborados pelo requerente no exercício da advocacia, judicatura, cargo do Ministério Público ou no desempenho de outra função pública ou de empregado privado, na conformidade de inciso VI, do artigo 5º, do presente Regulamento;

II – outros trabalhos jurídicos de sua autoria (obras, teses,

monografias, pareceres, etc.);

III – quaisquer trabalhos de sua autoria, demonstrativos de cultura geral;

IV – o exercício do magistério jurídico superior;

V – a aprovação em concurso de provas técnicas para cargo de ensino jurídico, da judicatura do Ministério Público ou de assessoria jurídica;

VI – títulos ou diplomas universitários.

§ 2º Não constituirão títulos:

I – a simples prova do desempenho de cargos públicos de funções eletivas;

II – os trabalhos que não sejam de autoria exclusiva do candidato;

III – meios atestados de capacidade técnico-jurídica ou de boa conduta profissional.

§ 3º Os títulos referidos no item I, do § 1º, do artigo 5º serão oferecidos em exemplar datilografado ou impresso, comprovada de modo certo a sua autenticidade.

§ 4º Os títulos mencionados nos item II e III, do § 1º do artigo 6º, oferecer-se-ão por exemplar impresso ou datilografado da obra tese, monografia, estudo ou parecer comprovada devidamente a autoria.

§ 5º Os títulos mencionados no item IV, do § 1º, do artigo 6º, constarão de certidão em que se especifique a disciplina ensinada e, se possível, o tempo durante o qual o requerente a lecionou.

§ 6º Os títulos mencionados no item V do § 1º, do artigo 6º, constarão de certidão que mencione a natureza das provas exigidas e as notas de aprovação.

§ 7º Os títulos mencionados no item VI, do § 1º, do artigo 6º, apresentar-se-ão no original ou por certidão verbo ad verbum.

Art. 11 Encerrando o prazo para a inscrição definitiva, o Presidente do conselho no primeiro dia útil, distribuirá igualmente entre os membros do conselho os requerimentos a fim de serem estudados no prazo improrrogável de quinze dias.

Art. 12 O Conselho da Justiça Federal, na apreciação dos pedidos que cogita o artigo anterior, sindicará a vida pregressa dos candidatos (Lei nº 5.010, de 1966, artigo 22), e realizará a investigação social prevista no artigo 4º, da Lei nº 5.677 de 1971, e, em sessão secreta independente de motivação, e conclusivamente, denegará, desde logo, a inscrição definitiva ou considerará o candidato em condições de submeter-se aos exames de saúde e psicotécnico (Lei número 5.010, de 1966, artigo 22, parágrafo único), para verificação de que não apresenta doenças transmissíveis, alterações orgânicas dos diversos aparelhos e sistemas, bem como contra indicações para o exercício do cargo, por anomalia morfológica ou funcional.

Parágrafo único. Os relatores e o conselho poderão ordenar as

diligências consideradas necessárias para os fins previstos neste artigo, e, inclusive ouvir o candidato em sessão secreta deste órgão.

Art. 13 Os candidatos de que cogita a última parte do artigo anterior, constarão de lista a ser publicada pelo Conselho da Justiça Federal, no Diário da Justiça da União e no Boletim da Justiça Federal do local onde realizaram as provas escritas.

§ 1º Nos vinte dias seguintes à publicação da lista a que se refere o artigo, os candidatos deverão solicitar, ao Conselho da Justiça Federal, no Distrito Federal, a expedição de guia ou requisição para se submeterem aos exames de saúde e psicotécnico.

§ 2º O não comparecimento do candidato, nos dias designados para os exames, determinará o indeferimento da inscrição definitiva, mediante comunicação feita pelo órgão ou entidade encarregada de sua realização.

Art. 14 Realizados os exames previstos nos artigos 12 e 13, os seus resultados serão submetidos ao conselho da Justiça Federal, que então decidirá, conclusivamente, os pedidos de inscrição definitiva dos candidatos constantes da lista a que alude o artigo 13, fazendo publicar a relação final dos que serão admitidos as provas orais e ao julgamento de seus títulos.

III – Da Comissão Examinadora

Art. 15 A Comissão Examinadora, designada pelo Conselho da Justiça Federal, será constituída por um Ministro do Tribunal Federal de recursos, por este indicado, que a presidirá, um Juiz Federal de qualquer Seção da Região, um professor de faculdade de Direito Federal ou federalizada e um advogado militante da Região em que se realizar o concurso, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos advogados do Brasil.

§ 1º Os membros suplentes serão escolhidos com obediência ao mesmo critério.

§ 2º Nos casos do artigo 3º, para a escolha dos membros da Comissão Examinadora e seus respectivos suplentes, ter-se-á em vista a Região onde é realizado o concurso.

Art. 16 A Comissão Examinadora somente funcionará com a presença de todos os seus membros efetivos.

Parágrafo Único. Ocorrendo vaga impedimento ou falta eventual de membro da Comissão Examinadora será convocado o respectivo suplente.

IV – Das Provas e Seu Julgamento

Art. 17 Nos cinco (5) dias imediatos a publicação da relação dos candidatos cujas inscrições preliminares foram deferidas, a comissão Examinadora reunir-se-á, em sessão secreta, anunciada no Diário da Justiça da União, com antecedência, pelo menos de setenta e duas (72) horas, a fim de designar dia, hora e local para a realização da prova escrita, expedindo, a seguir, o Presidente da Comissão examinadora edital de convocação dos candidatos, que será publicado no Diário da Justiça da União, com a antecedência mínima de dez (10) dias.

Art. 18 A prova escrita será prestada perante a Comissão examinadora.

§ 1º No caso previsto no § 2º do artigo 3º, a prova escrita, nas demais localidades, fora de sede do concurso, será realizada perante um Juiz federal, um Procurador da república e um advogado, indicado o segundo pelo Procurador-Geral da República e o ultimo pelo Conselho seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do estado respectivo, feitas as designações pelo Conselho da Justiça Federal.

§ 2º As questões formuladas serão encaminhadas previamente, em envelope lacrado e rubricado, ao Juiz Federal, que o abrirá, na presença dos representantes da Ordem dos advogados e do Ministério Público Federal mencionados no parágrafo anterior, por ocasião da realização da prova.

§ 3º A prova escrita será feita por todos os candidatos, no mesmo dia e nos locais indicados pela Comissão para a realização do concurso, atendido o disposto no artigo 17.

§ 4º As provas realizadas fora da sede do concurso serão remetidas à Comissão Examinadora, no mesmo dia da sua realização, em envelope lacrado e rubricado pelos encarregados de sua fiscalização previstos nos parágrafos 1º, e 2º deste artigo.

Art. 19 A prova escrita versará sobre as seguintes disciplinas:

- I – Direito constitucional
- II – Direito civil
- III – Direito Comercial e Direito Marítimo
- IV – Direito Penal
- V – Direito Administrativo
- VI – Direito Processual Civil
- VII – Direito Processual Penal
- VIII – Direito fiscal
- IX – Direito Internacional público
- X – Direito Internacional Privado
- XI – Direito do Trabalho.

§ 1º A Comissão Examinadora, para a prova escrita, poderá selecionar temas de todas ou de algumas destas disciplinas para aferimento do maior grau de conhecimento dos candidatos sobre as matérias mais diretamente relacionadas com a competência dos Juízes Federais de primeira instância.

§ 2º Poderá para a prova escrita formular a Comissão perguntas, fixar tema para dissertação e ou determinar a lavratura de uma sentença, hipótese que de preferencia deverá abranger questão de direito material e processual.

§ 3º Poderá a Comissão examinadora desdobrar a prova escrita em duas, realizadas em dias diferentes, versando uma delas exclusivamente sobre a lavratura de uma sentença, e consistindo a outra em formulação de perguntas e ou fixação de tema para dissertação, hipótese em que cada prova terá a duração de 4 horas, sendo as mesmas consideradas em conjunto para efeito de atribuição de valor.

Art. 20 Não ocorrendo a hipótese prevista no § 3º do artigo anterior, o tempo de duração da prova escrita será de seis (6) horas.

Art. 21 Na elaboração da prova permitir-se-á ao candidato a consulta de legislação, desacompanhada de qualquer comentário ou anotação.

Parágrafo único. Importará à eliminação imediata do candidato a transgressão do disposto neste artigo.

Art. 22 A prova de cada candidato manuscrita ou datilografada, logo que entregue, será rubricada pelos membros da Comissão examinadora, ou no caso do artigo 18, § 1º, pela Comissão que a presidir.

Art. 23 As provas escritas serão submetidas ao julgamento da Comissão Examinadora, atribuindo cada examinador a nota de cada candidato.

§ 1º As notas serão atribuídas, em sessão, conservadas em envelope lacrado e rubricado pela comissão.

§ 2º Concluído o julgamento das provas escritas será apurado o respectivo resultado, em sessão secreta, sendo divulgados apenas os nomes dos candidatos habilitados (artigo 32).

Art. 24 A prova oral versará sobre as seguintes disciplinas:

- I – Direito constitucional
- II – Direito Civil
- III – Direito Comercial e Direito Marítimo
- IV – Direito Penal
- V – Direito Administrativo
- VI – Direito Processual Civil
- VII – Direito Processual Penal
- VIII – Direito Fiscal
- IX – Direito Internacional Público
- X – Direito Internacional Privado
- XI – Direito do Trabalho.

Art. 25 A prova será realizada perante todos os membros da Comissão Examinadora e consta de arguição dos candidatos sobre um ponto sorteado, abrangendo temas das disciplinas enumeradas no artigo 24.

§ 1º O Conselho da Justiça Federal organizará os pontos para as provas orais e os fará publicar com antecedência mínima de 30 dias (artigo 23

da Lei nº 5.010, de 1966).

§ 2º O ponto a que alude este artigo será sorteado com antecedência de vinte e quatro (24) horas.

Art. 26 A arguição será feita pelos membros da Comissão designados para este fim, sobre o ponto sorteado, devendo o candidato responder as perguntas, impugnações e objeções, durante 40 minutos, tempo comum ao arguente e arguido.

Art. 27 Respeitada a ordem de inscrição, serão chamadas à prova, em cada dia, duas turmas de candidatos, formadas, cada qual de quatro efetivos e quatro suplentes, através de edital publicado no Diário da Justiça da União com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas.

Art. 28 A ausência do candidato na hora designada para qualquer prova importará a sua exclusão do concurso.

Art. 29 Após a arguição, cada membro da comissão atribuirá nota ao candidato, sendo observado o disposto no artigo 23, § 1º.

Art. 30 As notas irão de zero (0) a dez (10) em números inteiros, para efeito de classificação.

Parágrafo único. As notas nas provas escritas e orais e na de título serão atribuídos, respectivamente, os pesos 2, 2 e 1, para efeito de cálculo da média final.

Art. 31 Concluída a ultima prova oral do último candidato, a Comissão Examinadora reunir-se-á em sessão secreta anunciada no Diário da Justiça da União, com antecedência de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas, a fim de julgar os títulos apresentados pelos candidatos admitidos a prova oral.

Art.32 Julgados os títulos, com observância do disposto no artigo 23, proceder-se-á, perante o Conselho da Justiça Federal, a apuração final, sendo considerados aprovados os candidatos que em cada uma das provas, escrita e oral obtenham média igual ou superior a 5 (cinco) ,e alcancem a média geral, incluindo a nota de títulos, igual ou superior a 6 (seis).

Art. 33 Se mais de um candidato tiver a mesma média geral, serão classificados na ordem decrescente das médias nas provas orais, escritas, de títulos, consideradas isoladas e sucessivamente; persistindo o empate serão classificados por sorteio.

Art. 34 Apurada a classificação dos candidatos, e homologada pelo conselho da Justiça Federal, o Presidente proclamara o resultado que será a seguir publicado.

V – Das Disposições Finais

Art. 35 O Ministro que for parente ou afim, até o terceiro grau, de qualquer candidato, não poderá tomar parte em qualquer ato do concurso.

Art. 36 Todos os atos relativos ao concurso serão consignados, conforme o caso, nas atas das sessões do conselho da Justiça Federal e da Comissão Examinadora, lavradas estas em livros especialmente a isso destinado.

Parágrafo único. Todos os papéis referentes ao concurso serão confiados, até sua terminação, a guarda do Secretário da Comissão, sendo recolhidos, depois, ao arquivo do Conselho da Justiça Federal.

Art. 37 O Conselho da Justiça Federal e a Comissão Examinadora não se obrigam ao fornecimento de máquinas aos candidatos que desejem realizar as provas escritas, datilografando-as.

Art. 38 Para o provimento dos cargos, a ser feito de acordo com a ordem de classificação será facultado ao candidato classificado, e respeitada a mencionada ordem, escolher a vaga de sua preferência.

Art. 39 Os casos omissos neste Regulamento, serão resolvidos pelo Conselho da Justiça Federal.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE

Ministro Amarílio Benjamim

No impedimento ocasional do Ministro Presidente e na falta de Vice-Presidente.

Dias: 17, 18, 19, 20 em 21-3-75

Á

(*) Republicado por ter saído com incorreção no original.